



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisio de combustível tipo gasolina comum, para abastecimento de veículo próprio ou cedido  serviços desta Casa Legislativa.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAO

2.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Guatapar, demanda por abastecimentos de veículo, de modo que a contratao de posto revendedor de combustível  imprescindível para o cumprimento de metas e aoes de interesses da Administrao da Casa Legislativa e dos Vereadores em suas atividades parlamentares.

2.2. Atualmente a Câmara dispõe de um veículo próprio.

2.3. Os quantitativos refletem uma média de consumo dos últimos anos, considerando que esta gestão tem priorizado uma presença efetiva nas aoes legislativas na Sede e nas localidades rurais do nosso Município, bem como em viagens a serviço em outras cidades buscando melhorias para os municpes por meio das articulaoes dos vereadores com outros órgãos legislativos.

3. DA AVALIAO DO CUSTO E CRÊTERIOS DE SELEO DO FORNECEDOR

3.1. O orçamento para essa despesa foi obtido a partir de pesquisa de preços unitários por Litro, praticados no mercado local, através de pesquisa direta pela Tesouraria desta Casa e de conhecimento público local.

3.2. Para efeito de oramento estimada em planilhas de quantitativos e preços unitários, contendo as especificaoes dos itens objeto do presente Termo de Referência,  a seguinte:

Item	Quant. Estimada Total	Unidade	Especificaoes Dos Produtos	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------------------	---------	------------------------------	----------------	-------------



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

1	2.000	L (litro)	Gasolina comum automotiva, microfiltrada, de primeira qualidade, de acordo com a legislação da Agência Nacional de Petróleo - ANP.	R\$ 4,99	R\$ 9.980,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 9.980,00	

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

4.1. O objeto da presente demanda  definido como "material de consumo" comum.

5. DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ABASTECIMENTOS

5.1. Os abastecimentos são realizados de forma imediata e diretamente nas bombas de combustíveis da CONTRATADA, localizada na Sede do Município de Guatapar – SP.

5.2. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, mediante requisição, contra-apresentação da Ordem de Fornecimento/Abastecimento pelo condutor do veículo, diretamente no Posto Revendedor Contratado, com atendimento mínimo da 07h. s 22h, de segunda a sexta-feira, inclusive feriados e finais de semana. Devendo o abastecimento ocorrer na modalidade de venda com preço " prazo", conforme valor unitário contratado.

5.3. A "Ordem de Fornecimento" deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas a entrega e assinada por funcionário da Contratada que executar o fornecimento e ciência do responsável pelo recebimento.

6. DA RECUSA DO RECEBIMENTO DO COMBUSTÍVEL:

6.1. O combustível poderá ser recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

6.2. Os produtos recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reformação.

6.3. O fornecimento dos produtos, não exclui a



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execuo do contrato, conforme disposto no Art. 140, alínea b, inciso II,  2, da Lei Federal n.. 14.133/2021.

6.4. A CONTRATADA deverá executar os fornecimentos utilizando-se de produtos, materiais, equipamentos, pessoal, ferramentas e utensílios necessários  perfeita execuo do objeto.

6.5. Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

Ressalvada a competência da Agência Nacional de Petróleo – ANP, o produto ofertado poderá ser objeto de pedido de análise técnica laboratorial no caso de dvida quanto  qualidade do combustível fornecido pelo posto revendedor. Nessa situao o pagamento ficará condicionado às aferies e comprovaes necessárias

7. OBRIGAES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigaes da Contratante:

7.1.1. expedir a Autorizao de Fornecimento, de forma PARCELADA;

7.1.2. emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente  quantidade solicitada ou Global estimado;

7.1.3. Receber o objeto no prazo e condies estabelecidas Neste Termo de Referência;

7.1.4. comunicar  Contratada, por escrito, sobre imperfeies, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigaes da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.6. efetuar o pagamento  Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

7.1.7. A Administrao não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados  execuo do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar os abastecimentos dos veículos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, com alocação e manutenção de pessoal, equipamentos e utensílios, em perfeita condições de uso e de acordo com as normas da ANP;

8.1.2. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos dentro das normas de controle de órgãos fiscalizadores e em atendimento as determinações contidas neste Termo de Referência;

8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do fornecimento ou de produtos empregados;

8.1.5. Realizar análise dos combustíveis revendidos objetos deste Termo de Referência sempre que solicitada pela Contratante, devendo a Contratada manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, artigo 8º);

8.1.6. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP; podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Câmara Municipal ou a terceiros;



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

8.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. Instruir seus empregados quanto  necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

8.1.8. assegurar que o posto fornecer o combustível dentro das especificações legais e da Portaria n. 309/2001, da Agência Nacional de Petróleo – ANP, que estabelece o Regulamento Técnico ANP n. 5/2001, que trata dos combustíveis automotivos, ou regulamento superveniente que venha a ser expedida pela referida Agência.

8.1.9. Não permitir a utilização do trabalho do menor;

8.1.10. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, nas práticas de sustentabilidade na execução dos fornecimentos, quando couber;

8.1.11. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1.  admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo  execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Câmara  continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O Controle dos abastecimentos e fiscalização será exercido pela Tesouraria, como representante da CONTRATANTE para fins de acompanhamento e fiscalização do recebimento do combustível, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário  regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.3. O representante da Câmara anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário  regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos  autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, gncia e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de 10% que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrnicos oficiais.

12.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n 3, de 26 de abril de 2018.

12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes  contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se- após a comprovação da regularização da situação, não acarretando



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

qualquer ônus para a Contratante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8. Antes de cada pagamento  contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manuteno das condies de habilitao exigidas no Aviso de Dispensa de Licitao.

12.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situao de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificao, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situao ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10. Previamente  emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Câmara deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participao em licitao, no âmbito do órgão ou entidade, proibio de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instruo Normativa n 3, de 26 de abril de 2018.

12.11. Não havendo regularizao ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalizao da regularidade fiscal quanto  inadimplência da contratada, bem como quanto  existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias  rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada  contratada a ampla defesa.

12.13. Havendo a efetiva execuo do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situao junto ao SICAF.

12.14. Será rescindido o contrato em execuo com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.15. Quando do pagamento, será efetuada a reteno tributária prevista na legislao aplicável.

12.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

Nacional, nos termos da Lei Complementar n 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado  apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado a atualização dos valores e juros oratórios.

12.18. Os preços poderão ser alterados nos casos previstos na Lei n 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

13.1.1. *Entrega imediata, mediante apresentação de Ordens de Fornecimentos. Empenhos conforme demanda estimada.*

14. DAS SANOES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos do Art. 155 Lei n 14.133/2021, a Contratada que:

14.1.1. *inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;*

14.1.2. *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;*

14.1.3. *falhar ou fraudar na execução do contrato;*

14.1.4. *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

14.2. *cometer fraude fiscal; Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar  CONTRATADA as sanoes previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021:*

14.2.1. *Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas*



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 5% (cinco. por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional  obrigação inadimplida;

14.2.5. impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também  aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

14.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do Art. 155 da Lei 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.5. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas  CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.6. aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se- em processo administrativo que assegurar o contraditório e a ampla defesa  Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n 14.133/2021.

14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados  Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dvida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

recebida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Câmara poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado  Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei não 12.846, de 1o de agosto de 2013, como ato lesivo  administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias  apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas  autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo  Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei não 12.846, de 1o de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos  Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação  de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. A despesa decorrente das aquisições parceladas de combustíveis objeto deste Termo de Referência, correrão  conta da seguinte dotação orçamentária:



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

PODER: 01 – Poder Legislativo

ÓRGÃO: 1 – Câmara Municipal

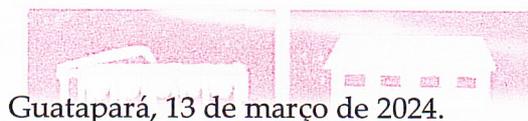
UNIDADE: 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO ATIVIDADE: 2001 –
Manuteno dos Serviços da Câmara

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01 – Combustíveis e
Lubrificantes Automotivos.

FONTE: 00 – Recursos Ordinários

REFERÊNCIA: 17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAO DO TERMO DE



Guatapar, 13 de março de 2024.

NILSA CRISTINA DA SILVA

Técnica Contábil



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

ANEXO II – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

:
CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAPAR- SP
Comissão Permanente de Licitao
Referência: **Dispensa 01/2024.**

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto da Dispensa de Licitao, bem como as informaçoes, condioes da proposta e declaraoes exigidas no Aviso.

1. Identificao do Licitante:

Razão Social:	NIKKEI AUTO POSTO LTDA
CNPJ	02.048.256/0001-02
Inscrio Estadual:	72.6000342114
Endereço completo:	AVENIDA SACARANDAS N 27
Telefone, fax:	16-997858419
E-mail:	POSTOAMARINERGUATAPARA@GMAIL.COM
Dados Bancários	AG=0364 CC=13003554-2

Na oportunidade, credenciamos nosso representante junto  Câmara Municipal de Guatapar-SP, o(a) Sr.(a.) M. Wilson S. de Almeida Candidato, portador(a) da Cédula de Identidade n 44646888-5 e do CPF n 266.791.128-62, o(s) qual(is) será(o) responsável(is) pelo(s) contato(s) junto  CONTRATANTE para tomada de providências com relao a assuntos do dia-a-dia da execuo do objeto da contratao.

2. Validade da Proposta:

- a presente proposta  válida por 30 (trinta) dias contados da data de sua apresentao;

3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- Examinamos cuidadosamente todo o Aviso da Dispensa e aceitamos todas as condioes nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciaremos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relao ao Aviso da Dispensa de Licitao;
- Cumprimos plenamente as disposioes normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n. 9.854 de 16/01/1999 e na Constituio Federal de 1988;
- **DECLARA** não está impedida de licitar ou contratar com a Administrao direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e as fundaoes por ele



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

instituídas ou mantidas.

- Em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;
- Comprometemos-nos a informar a qualquer tempo, a existência de fatos supervenientes imediativos de contratação e habilitação com a Administração Pública.
- Asseguramos o fornecimento do combustível durante a vigência contratual e nos prazos previstos no Termo de Referência.

4. Condições de pagamento:

Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE até o 5 (quinto) dia, contado da emissão da nota.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

5. Proposta de Preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ESTIMADA ANUAL	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL - R\$
1	Gasolina comum automotiva, microfiltrada, de primeira qualidade, de acordo com a legislação da Agência Nacional de Petróleo - ANP.	2.000	Litro	R\$ 4,99	R\$
Total Geral da Proposta					R\$



RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO E ASSINATURA



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 01/2024.

Modalidade: Dispensa n 001/2024.

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA DE COMBUSTÍVEL, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAPAR, ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA NIKKEI AUTO POSTO LTDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAPAR**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n 68.321.298/0001-75, com sede na Rua Geraldo Boas Ferreira, n 50, Bairro Nova Guatapar, Município de Guatapar, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Presidente, Vereador **JONAS LAURENTINO DO PRADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, RG n 13.281.313 SSP/SP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n 020.311.208-32, residente e domiciliado na Rua Oleandros, n 362, Bairro Centro, neste Município de Guatapar, Estado de São Paulo, denominada **CONTRATANTE** e, a empresa **NIKKEI AUTO POSTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n 02.048.256/0001-02, com sede localizada na Avenida Jacarands, n 27, Bairro Centro, Município de Guatapar, Estado de São Paulo, CEP 14115-000, neste ato representado pelo gerente **MARLON FABIANO CANDIDO**, portador da cédula de identidade RG n 44.646.888-5 SSP/SP, inscrito no Ministério da Fazenda sob o n 366.741.128-60, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n 001/2024 e em observância às disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei n 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, vinculando-se  proposta vencedora, independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato  a Aquisição de combustível tipo gasolina comum, para abastecimento de veículos  serviços desta Casa Legislativa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso da Dispensa de Licitação.

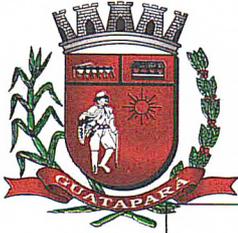
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Este contrato se iniciar em **20/03/2024** e encerrará em **19/03/2025**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Atribui-se a este termo os seguintes valores:

Item	Quant. Estimada Total	Unidade	Especificações Dos Produtos	Valor Unitário	Valor Total



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

1	2.000	L (litro)	Gasolina comum automotiva, microfiltrada, de primeira qualidade, de acordo com a legislação da Agência Nacional de Petróleo - ANP.	R\$ 4,99	R\$ 9.980,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 9.980,00	

3.2. valor do presente Termo de Contrato  de **R\$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais)**.

3.3. No valor acima são incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação são programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o Poder Legislativo, exercício de 2024, na classificação abaixo:

PODER: 01 – Poder Legislativo / **ÓRGÃO:** 1 – Câmara Municipal/ **UNIDADE:** 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL / **PROJETO DE ATIVIDADE:** 2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara / **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. **FONTE:** 00-Recursos Ordinários.

5. CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. expedir as Autorizações de Fornecimento, de forma PARCELADA;
- 5.2. emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente  quantidade solicitada ou Global estimado;
- 5.3. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas Neste Termo de Referência;
- 5.4. comunicar  Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 5.6. efetuar o pagamento  Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 5.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados  execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.2. efetuar os abastecimentos dos veículos em perfeitas condies, conforme especificaes, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, com alocao e manuteno de pessoal, equipamentos e utensílios, em perfeitas condies de uso e de acordo com as normas da ANP;
- 6.3. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos dentro das normas de controle de órgãos fiscalizadores e em atendimento as determinaes contidas neste Termo de Referência;
- 6.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n 8.078, de 1990);
- 6.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorrees resultantes da execuo do fornecimento ou de produtos empregados;
- 6.6. Realizar análise dos combustíveis revendidos objetos deste Termo de Referência sempre que solicitada pela Contratante, devendo a Contratada manter disponíveis os materiais necessários  realizao das análises (Resoluo ANP n 9, de 07/03/2007, artigo 8);
- 6.7. Os procedimentos detalhados para a realizao dos testes de qualidade dos combustíveis seguiro a legislao específica editada pela ANP; podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal gncia. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ao ou omisso de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Administrao Municipal ou a terceiros;
- 6.8. indicar preposto para representá-la durante a execuo do contrato. Instruir seus empregados quanto  necessidade de acatar as orientaes da Administrao, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 6.9. assegurar que o posto fornecer o combustível dentro das especificaes legais e da Portaria n. 309/2001, da Agência Nacional de Petróleo – ANP, que estabelece o Regulamento Técnico ANP n. 5/2001, que trata dos combustíveis automotivos, ou regulamentao superveniente que venha a ser expedida pela referida Agência.
- 6.10. Não permitir a utilizao do trabalho do menor;
- 6.11. adotar boas práticas de otimizao de recursos/reduo de desperdícios/ menor poluio, nas práticas de sustentabilidade na execuo dos fornecimentos, quando couber;
- 6.12. manter, durante toda a execuo do contrato, em compatibilidade com as obrigaes assumidas, todas as condies de habilitao e qualificao exigidas no Processo de Dispensa de Licitao.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, gncia



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

e conta corrente indicados pelo contratado, constante no anexo II, minuta de proposta de preços.

7.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de 10% que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentao da Nota Fiscal.

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execuo do objeto do contrato.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovao da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrnicos oficiais ou  documentao mencionada no art. 29 da Lei n 8.666, de 1993.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situao de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instruo Normativa n 3, de 26 de abril de 2018.

7.6. Havendo erro na apresentao da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes  contratao, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidao da despesa, como, por exemplo, obrigao financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se- após a comprovao da regularizao da situao, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Antes de cada pagamento  contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manuteno das condioes de habilitao exigidas no Aviso de Dispensa de Licitao.

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situao de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificao, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situao ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10. Previamente  emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administrao deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participao em licitao, no âmbito do órgão ou entidade, proibio de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instruo Normativa n 3, de 26 de abril de 2018.

7.11. Não havendo regularizao ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalizao da regularidade fiscal quanto  inadimplência da contratada, bem como quanto  existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias  rescisão



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada  contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, ate que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. Sera rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse publico de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar não 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado  apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada nos termos da INPC.

7.18. Os preços poderão ser alterados nos casos previstos na Lei não 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei não 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

8.2. 2. A CONTRATADA  obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, ate o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.3. 3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. 4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econmico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal não 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os abastecimentos serão realizados de forma imediata e diretamente nas bombas de



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

combustíveis da CONTRATADA, localizada na Sede do Município de Guatapar, Estado de São Paulo.

10.2. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, mediante requisicão, contra-apresentao da Ordem de Fornecimento/Abastecimento pelo condutor do veículo, diretamente no Posto Revendedor Contratado, com atendimento mínimo da 07h. s 22h, de segunda a sexta-feira, inclusive feriados e finais de semana. Devendo o abastecimento ocorrer na modalidade de venda com preço " prazo", conforme valor unitário contratado.

10.3. A "Ordem de Fornecimento" deverá ser devidamente preenchida com as informaçoes relativas a entrega e assinada por funcionário da Contratada que executar o fornecimento e ciência do responsável pelo recebimento.

10.4. O recebimento se dará na aferico de bomba pelo motorista da Contratante no ato de abastecimento.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAO

11.1. O Controle dos abastecimentos e fiscalizao será exercido pela Tesouraria, como representante da CONTRATANTE para fins de acompanhamento e fiscalizao do recebimento do combustível, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execuo e determinando o que for necessário  regularizao de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalizao de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeicoes técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administrao ou de seus agentes e prepostos.

11.3. O representante da Administrao anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execuo do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário  regularizao das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos  autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANOES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infrao administrativa nos termos do Art. 155 Lei não 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigaoes assumidas em decorrência da contratao;

12.1.2. ensejar o retardamento da execuo ou da entrega do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execuo do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.5. cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecuo total ou parcial do objeto deste contrato, a Administrao pode aplicar  CONTRATADA as sanoes previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021:



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. multa compensatória de 5% (cinco. por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional  obrigação inadimplida;

12.2.5. impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem tm também  aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

12.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do Art. 155 da Lei 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.5. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas  CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.6. aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se- em processo administrativo que assegurar o contraditório e a ampla defesa  Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n 14.133/2021.

12.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados  Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dvida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

12.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado  Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

12.11. Se, durante o processo de aplicao de penalidade, se houver indícios de prática de infrao administrativa tipificada pela Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2013, como ato lesivo  administrao pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias  apurao da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas  autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e deciso sobre a eventual instaurao de investigao preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilizao - PAR.

12.12. A apurao e o julgamento das demais infraes administrativas não consideradas como ato lesivo  Administrao Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apurao da ocorrência de danos e prejuízos  Administrao Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participao de agente público.

12.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nas situaes previstas na Lei n 14.133/2021, e com as consequências indicadas da mesma Lei, sem prejuízo da aplicao das sanes previstas no Termo de Referência, vinculado  Dispensa de Licitao;

13.1.2. amigavelmente, nos termos da Lei n 14.133/2021.

13.2. Os casos de resciso contratual serão formalmente motivados, assegurando-se  CONTRATADA o direito  prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de resciso administrativa prevista na Lei n 14.133/2021.

13.4. O termo de resciso será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relao dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizaes e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAES

14.1.  vedado  CONTRATADA interromper a execuo dos serviços sob alegao de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.2.  vedado  CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operao financeira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAES



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-o pela disciplina da Lei n 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA  obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supresses que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125 da Lei n 14.133/2021.

15.3. As supresses resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbir  CONTRATANTE providenciar a publicao deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Poder Legislativo, no prazo legal.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1.  eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execuo deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliao.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guatapar, 20 de março de 2024.

JONAS LAURENTINO DO PRADO

Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE
GUATAPAR

CNPJ: 02.048.256/0001-02

CONTRATANTE

Marlon Fabiano Candido

NIKKEI AUTO POSTO LTDA

Rep., por **MARLON FABIANO CANDIDO.**

CNPJ: 02.048.256/0001/02.

CONTRATADA



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:





Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

EXTRATO DO CONTRATO N 01/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 01/2024 – LEI 14.133/2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAPAR.

CONTRATADO: CNPJ: 02.048.256/0001-02 - NIKKEI AUTO POSTO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAPAR – SP

VALOR: R\$ 9.980,00.

DATA DA ASSINATURA: 20.03.2024. **VIGÊNCIA:** 20.03.2024 A 19.03.2025.

DOTAÇÃO:

PODER: 01 – Poder Legislativo / **ÓRGÃO:** 1 – Câmara Municipal/ **UNIDADE:** 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL / **PROJETO DE ATIVIDADE:** 2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara / **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. **FONTE:** 00- Recursos Ordinários.

JONAS LAURENTINO DO PRADO

PRESIDENTE DA CÂMARA